

CEDI

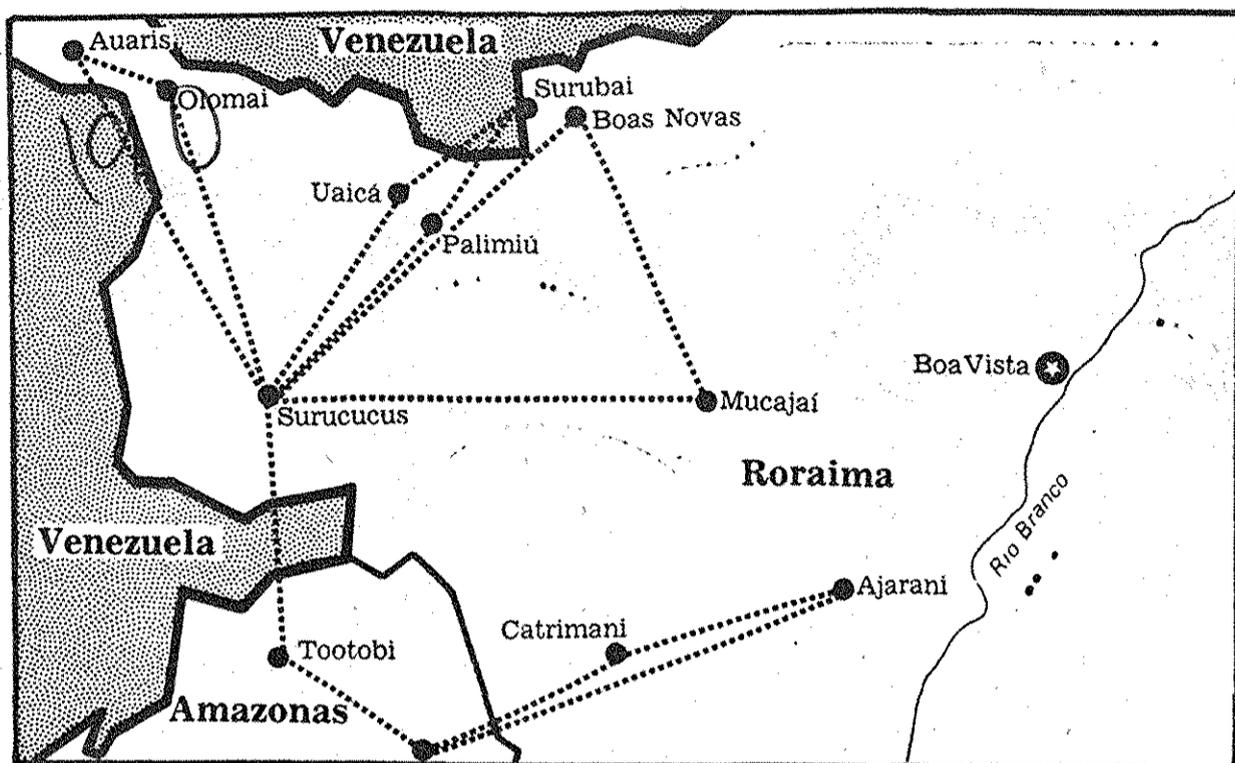
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: _____

Data: 10/03/82

Pg.: _____



A área interditada para a reserva equivale à superfície de Sergipe e Alagoas, juntos

Andreaazza interdita área para futura reserva dos ianomânis

Brasília — O Ministro do Interior, Mário Andreaazza, assinou portaria interditando uma área de 7 milhões 700 mil hectares (equivalente a superfície da Paraíba e Sergipe reunidos) na Amazônia, que constituirá a futura reserva física e cultural de 8 mil 400 índios ianomânis que vivem na região.

Entre as autoridades presentes à assinatura da portaria, ontem, no Ministério do Interior, encontrava-se a encarregada de negócios da Embaixada da Venezuela, María Clemencia López, porque a Venezuela abriga em seu território mais de 8 mil ianomânis. O Estado do Amazonas cedeu 2 milhões 700 mil hectares e o território de Roraima 5 milhões.

Sem pressa

A área interditada está entre a fronteira com a Venezuela e a BR-210 (Perimetral Norte). Os índios estão distribuídos em 192 aldeias e, como consequência da portaria, deverá ser criada uma ajudância da Funai, na altura do quilômetro 211, 11 postos indígenas e as frentes de atração que forem necessárias para contatar grupos ainda arredios, bem como pólos para atrair os que ficaram de fora da área interditada. Este é o caso dos índios que vivem na missão Catrimani e próximos ao rio Ajarani.

Nem o Ministro do Interior, Mário Andreaazza, nem o presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, souberam precisar o tempo que transcorrerá entre a interdição e um decreto definitivo da criação do parque. Andreaazza, porém, adiantou não haver nenhum relacionamento entre a criação do parque e as propostas para elevação do território de Roraima à categoria de Estado.

Em seu pronunciamento durante a solenidade de assinatura da portaria, o Ministro Mário Andreaazza afirmou que, "com a promulgação do Estatuto do Índio, a política indigenista do país vem apresentando resultados expressivos". Disse que, "nos últimos quatro anos foi

constatada sensível elevação do índice de natalidade — agora superior à média da população brasileira — com a redução dos obitos infantis e conseqüente aumento da perspectiva de vida entre comunidades indígenas".

Ressaltou também a integração de todos os órgãos do Governo federal nos trabalhos e estudos que conduziram a decisão tomada em favor dos ianomânis, declarando que "doravante caberá aos dedicados administradores e especialistas da Funai, com a colaboração sempre presente da FAB, do Comando Militar da Amazônia, das missões religiosas e dos demais órgãos com atividades no extremo Norte do país assumir os encargos necessários ao pleno sucesso da importante tarefa que lhe foi atribuída de assistir os grupamentos ianomânis e assegurar a presença do Governo brasileiro naquela região do país".

O presidente da Funai, por sua vez, mostrou-se tranqüilo, afirmando que "não perderemos esta oportunidade que o Governo federal nos deu, e trabalharemos sem pressa para não cometermos qualquer leviandade". Andreaazza completou, dizendo que o Presidente Figueiredo está empenhado pessoalmente no caso e já lhe assegurou todos os recursos necessários.

Novo Estado

Já o Governador do território, Brigadeiro Otomar de Sousa Pinto, é de opinião que a interdição de uma área de 5 milhões de hectares não afetará em nada o processo para a criação do Estado de Roraima. "Nós temos 13 milhões de hectares sobrando para os projetos de desenvolvimento agropecuário, e uma população estimada em 130 mil habitantes. Os índios podem viver tranqüilos", concluiu.

Otomar de Sousa Pinto disse que, com o auxílio da PM e da Polícia Federal, tem conseguido evitar a invasão da área indígena por parte dos garimpeiros, que saem do garimpo de Santa Rosa

(há 1 mil 500 homens no garimpo) até a serra das Surucucus, subindo o rio Urucacá. Somente no mês passado foram retirados desta área mais de 100 garimpeiros.

O secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, que pela primeira vez compareceu a uma cerimônia desta natureza, aplaudiu a decisão do Ministério do Interior de interditar uma área contínua, o que garantirá o respeito à integridade deste índio. Disse que a portaria é muito próxima do projeto para a criação do parque encaminhado ao Presidente Figueiredo há dois anos, e prometeu toda a colaboração da parte dos missionários das prelazias do Amazonas e de Roraima.

A presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durhan, que também compareceu, disse apenas que a comunidade científica acompanhará todo o processo até que esteja concretizada a criação do parque ianomami.

Desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, até dezembro do ano passado, o Governo brasileiro demarcou 119 reservas indígenas que, no total, representam 13 milhões 070 mil 427 hectares (esta área corresponde aproximadamente a 15% do território nacional).

A Funai, no momento, executa a demarcação e regularização de mais 25 áreas, com uma extensão estimada em 7 milhões de hectares. A estes 7 milhões de hectares, somam-se os 7 milhões 700 mil hectares que foram interditados por portaria assinada ontem pelo Ministro do Interior para beneficiar os ianomânis do Amazonas e do Território de Roraima.

O extinto SPI, até 1967, demarcou 46 áreas com um total de 338 mil 058 hectares. A Funai, em 12 anos, até dezembro de 1979, demarcou 40 áreas com um total de 10 milhões 871 mil 507 hectares. E na atual administração já foram demarcadas 33 áreas, com um total de 1 milhão 860 mil e 862 hectares.